

# O resultado das urnas traz a perspectiva de governabilidade

20 DEZ 1989

Márcio Percival Alves Pinto

A economia brasileira continua a surpreendendo. O ano de 1989 deveria ter sido de crise com recessão, hiperinflação, calote da dívida pública e moratória. Terminando o ano, a situação é grave, porém os dados sugerem um crescimento que pode chegar a 3%, com inflação alta e uma carga de endividamento público cuja responsabilidade foi transferida para o próximo governo.

Deve-se reconhecer que surgiram surpresas demais. Em economia é sempre possível remendar uma previsão equivocada apontando alguma ocorrência nova que, sem desmentir os pressupostos da análise, justifica o erro. Mas quando a opinião média foi tão claramente catastrofista, e errou, quando mesmo do ponto de vista político tudo levava a crer no desastre, e ele não ocorreu. Neste caso é preciso ir além. Não basta um remendo casual. É urgente repensar os pressupostos das análises da economia brasileira, já que ao mesmo tempo nada foi feito para atacar as causas da crise.

Se a política econômica foi passiva, então é igualmente falso atribuir o desempenho não catastrófico da economia ao tino das autoridades econômicas. Ou seja, a crise existe mas não degenerou em catástrofe por alguma razão ignorada, tanto pelos mais pessimistas quanto pelo governo.

O elemento ignorado é a capacidade de reação de cada setor econômico contra o ajuste a frio. Há alguns meses, o presidente Sarney, em rede nacional, reclamou da onda acelerada de greves. Mas foi justamente essa capacidade crescente de mobilização que permitiu uma defesa de rendimentos, ainda que imperfeita em termos reais. Inúmeras categorias recuperaram "vetores" expurgados em sucessivos congelamentos. Essa defe-



sa de rendimentos é uma das explicações para o amortecimento às tendências recessivas.

Outra reação de importância estratégica foram a remarcação de preços e a formação de estoques. Neste caso, os empresários tentaram se antecipar a uma eventual recessão e mesmo a novos congelamentos. Embora defensiva, a formação e reposição de estoques também acabaram aquecendo a demanda interindustrial. A estocagem especulativa também está por trás de parte dos aumentos de importações.

No caso da dívida pública, sabe-se que o seu giro diário abriga uma quase-moeda e o próprio capital de giro das empresas. A elevação dos juros reais, ao invés de impor a recessão às indústrias remunera o capital de giro e permite essas manobras especulativas e de precaução. Como paradoxo, a gestão supostamente contracionista da política monetária cria uma liquidez remunerada, favorece o giro, a estocagem e mesmo a concessão de aumentos salariais reais por setores da indústria. Em resumo, os juros reais positivos ajudaram a evitar a recessão. Sem recessão e com impostos cada vez mais indexados, cria-se uma relação não explosiva entre dívida pública e arrecadação.

Em meio aos círculos viciosos surgem círculos virtuosos, que permitem o adiamento da catástrofe. Nem a política econômica previu ou preparou esses resultados nem os analistas ditos pessimistas mentiram ao sublinhar os círculos viciosos. Eles estão presentes, são a moldura da crise. Mas o que se desenvolve dentro do quadro surpreenderá sempre que se esquecer de avaliar a capacidade de reação e defesa de cada setor da sociedade. E essa capacidade de reação, numa sociedade democrática, fica especialmente fortalecida nos períodos de renovação política, embora sem um rumo norte, devido à incapacidade do governo em arbitrar esses diferentes conflitos.

Isso foi o que aconteceu

em 1986, 1988 e 1989 e se repetirá em 1990, um ano de jogo eleitoral pesado, com renovação parlamentar e dos governadores. Será o primeiro ano de uma nova relação entre o Executivo e um Congresso que saiu fortalecido da Constituinte. As mudanças econômicas continuarão, a médio prazo, filtradas pelo calendário político e pelo resultado eleitoral. Quanto mais politizado o calendário maior a capacidade de pressão e reação dos vários setores a medidas de política econômica, sejam elas quais fo-

rem. Só esperamos que o novo governo seja capaz de imprimir alianças claras, com definições explícitas dos perdedores e ganhadores, e que respeite o significado do resultado das urnas na perspectiva de profundas reformas sociais a fim de que tenha condições mínimas de governabilidade. E isso já no primeiro dia da posse.

Márcio Percival Alves Pinto é economista, diretor executivo da Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados — SEADE.